



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-9-2023

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às dez horas e cinco minutos, conforme Resolução nº 0589/22, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia vinte e dois de setembro do corrente, nº 086/23 (Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/22 – Processo nº 0719/22), de autoria do vereador José Freitas e, no dia vinte e cinco de agosto do corrente, nº 087/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 210/22 – Processo nº 0389/22), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a presente Audiência Pública seria destinada à apresentação, por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), do Relatório de Gestão de Saúde do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e três e, de imediato, destacou a presença do senhor Fernando Ritter, secretário da SMS, e do senhor Mauro Luís Silva de Souza, promotor de justiça do Ministério Público Estadual (MPE). A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, leu o edital da presente Audiência Pública, destacando que este havia sido publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, em jornal de grande circulação e no site deste Poder Legislativo, em atendimento à legislação vigente. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao secretário de Saúde para que efetuasse a apresentação do relatório. O senhor Fernando Ritter começou sua fala apresentando os resultados do segundo quadrimestre relativos às metas previstas pelo Programa de Metas (Prometa). Inicialmente, informou que a cobertura populacional estimada pelas equipes de saúde da família (ESFs) está em setenta e dois por cento, sendo que a meta para o ano de dois mil e vinte e três é de setenta e um por cento. Nesse sentido, afirmou que Porto Alegre possui uma cobertura

alta comparada às demais capitais brasileiras. Quanto à saúde bucal, afirmou que há três serviços de saúde bucal estruturadas e com acesso à prótese dentária, tendo sido atingida a meta para o ano. Também comunicou que foi atingida a meta de implantar o Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista, observando que atualmente três em cada quatro pacientes do serviço são do sexo masculino. Informou haver quatro farmácias distritais com horário de atendimento ampliado até as vinte e duas horas, superando a meta prevista. A respeito da mortalidade infantil, observou que o coeficiente do segundo quadrimestre foi esteve acima da meta devido aos problemas de saúde de que essa população sofre no inverno. Demonstrou que a cobertura vacinal da população contra a Covid-19 está em oitenta e dois por cento, acima dos setenta por cento almejados. Além disso, finalizando os comentários sobre o Prometa, também informou que foram superadas a meta de números de cidadãos acessando o Sistema de Prontuário Eletrônico e a meta de mutirões de cirurgias eletivas. Tratando do financiamento da saúde no município, discorreu sobre o impacto do programa Assistir, do governo estadual, nos hospitais de Porto Alegre, afirmando que ele promove uma redução de recebimento de verba por parte dos hospitais próprios de Porto Alegre, acarretando prejuízo na prestação de serviços. Salientou que anualmente serão cerca de quarenta milhões de reais a menos para o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV), para o Hospital de Pronto Socorro (HPS) e para o Hospital da Restinga. Segundo ele, um dos desdobramentos disso será a diminuição de leitos. Defendeu a revisão de aspectos do programa Assistir a fim de evitar um colapso da rede de serviços de saúde da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista que hospitais públicos municipais importantes de outros municípios da região também estão sendo prejudicados, a exemplo de Canoas e Esteio. Reconheceu, ainda, a importância da regionalização da prestação de serviços de saúde, mas sem que ela provoque prejuízo aos municípios da Região Metropolitana. Apresentou dados sobre a proporção de impostos arrecadados aplicados em ações e serviços públicos de saúde, sublinhando que o previsto pela Programação Anual de Saúde (PAS) foi alcançado. Comunicou que estão em franca decadência os recursos federais destinados à saúde no município de Porto Alegre e detalhou valores recebidos por emendas parlamentares de diversos níveis federativos. A respeito dos investimentos na saúde em Porto Alegre, informou que o programa Agiliza Saúde promoveu ações para reduzir filas de espera, construir e reformas unidades de saúde e comprar equipamentos para hospitais próprios e para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), com investimentos de mais de cinquenta e cinco milhões de reais. Afirmou que em breve ocorrerá reunião para formalizar o repasse de recursos ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC) para a construção das unidades básicas de saúde (UBSs) Coinma e Jardim Leopoldina. Observou, ainda, que, apesar de a reposição de ambulâncias ser responsabilidade do governo federal, não são recebidas novas unidades desde dois mil e dezessete, por isso o município de Porto Alegre está efetuando a compra de ambulâncias. Ressaltou que o fechamento do serviço de ortopedia de Viamão aumentou a demanda na área em Porto Alegre e também expôs dados sobre aumento de filas na cardiologia. Quanto a obras, destacou que vinte e um por cento da pactuação de obras da SMS já foram

executadas, sendo que o previsto pela PAS são vinte e cinco por cento para o ano de dois mil e vinte e três, e ainda detalhou as obras entregues e as obras em execução. Dando continuidade, apresentou dados sobre os recursos humanos da SMS, sobre a cobertura da atenção primária à saúde e sobre a cobertura de saúde bucal. Após, apontou que as metas da PAS de ampliação de atendimentos por profissionais das unidades de saúde e por cirurgiões-dentistas foram superadas. A seguir, afirmou que a meta de unidades de saúde com horário ampliado também foi superada. Discutindo a classificação de risco dos pacientes atendidos nos pronto atendimentos e nas unidades de pronto atendimento, chamou atenção para o fato de que mais da metade dos atendimentos são de pacientes com classificação verde, os quais poderiam ser atendidos em unidades de saúde. Observou que os pacientes de classificação amarela e vermelha são apenas um terço dos atendidos. Quanto à emergência em saúde mental, destacou que foi reduzido o tempo médio de permanência dos pacientes. Apresentou dados sobre a oferta e demanda de consultas especializadas, chamando atenção para o aumento da oferta, no contexto do programa Agiliza Saúde, e para a taxa de absenteísmo nos ambulatorios próprios, que chega a vinte por cento. Sobre o Samu, defendeu a importância de legislação criada contra trotes, incluindo previsão de multa, e observando que houve redução da sua incidência. Tratando das internações hospitalares, observou que mais da metade dos recursos investidos na área são para pacientes de municípios do interior do Rio Grande do Sul, pois são pacientes mais graves que exigem atendimento mais longo e mais complexo, mesmo sendo em número menor do que os pacientes da capital atendidos. Expôs, ainda, dados sobre os serviços hospitalares. Quanto ao HMIPV, destacou a redução do número de partos, afirmando que há uma tendência de redução da natalidade no município. Quanto ao HPS, destacou o aumento da taxa de ocupação durante o inverno. A seguir, o senhor Fernando Ritter discorreu sobre o programa de atenção domiciliar Melhor em Casa, afirmando que é um dos melhores programas para evitar internações. Comentou que a meta do PAS está quase alcançada, pois das dezesseis equipes multiprofissionais de atenção domiciliar previstas para este ano já há quinze. Por fim, criticou a trava colocada pelo governo federal, a qual impede o aumento do número de equipes com verbas do governo federal, mas afirmou que essa ampliação será promovida com verba municipal. Em seguida, estão sendo atingidas as metas de redução de mortalidade materna, de redução de novos casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade e redução de transmissão vertical do HIV. Apresentou dados sobre a realização de testes rápidos para detecção de infecções sexualmente transmissíveis. Afirmou que está sendo atingida a meta do PAS para realização de exames citopatológicos de colo de útero, apesar de ainda não ter sido alcançada a meta de mamografias. Quanto à imunização, criticou a falta de informação sobre vacinas, que está acarretando impacto na cobertura vacinal. Quanto aos dados de dengue, Chikungunya e zika vírus, disse que está havendo números alarmantes em anos recentes. Por fim, destacou alguns eventos realizados pela SMS. Após, o vereador José Freitas manifestou preocupação com a quantidade de atendimentos a pacientes do interior e questionou se havia algo que pudesse ser feito para reduzi-la. A seguir, a vereadora Mônica Leal cumprimentou o secretário e sua equipe pela

excelência do trabalho prestado, destacando os avanços do programa Agiliza Saúde e o pioneirismo no atendimento a pacientes autistas. Defendeu, ainda, a mobilização de esforços para ampliar a cobertura vacinal. Finalizando, registrou apreensão quanto aos impactos do programa Assistir e sugeriu a realização de reunião com a secretária estadual de Saúde para discutir o assunto. Em prosseguimento, o vereador Aldacir Oliboni reiterou a preocupação com o programa Assistir, questionou o montante dos valores encaminhados pelos governos estadual e federal e apresentou dúvidas sobre as metas e taxas de cobertura de ESF. Também questionou qual é o planejamento para reposição de agentes de endemias e agentes comunitários de saúde e demais aspectos das carreiras no município. Perguntou, ainda, qual é o planejamento para utilização de valores do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no que diz respeito à construção de unidades de saúde, se há servidores para as ambulâncias adicionadas ao Samu, se haverá continuidade da operação da empresa que atua nos pronto atendimentos, a razão de apenas uma pequena parte do valor destinado por ele por meio de emendas impositivas ter sido empenhado até então e o que poderia ser feito para agilizar as tratativas com o GHC para a construção das UBSs Coinma e Jardim Leopoldina. Dando continuidade, a vereadora Lourdes Sprenger reconheceu avanços importantes como o grande número de unidades de saúde com horário de atendimento estendido, apresentou questionamentos sobre o encaminhamento para atendimento odontológico e expôs dúvidas sobre o programa de combate a zoonoses. Após, a vereadora Cláudia Araújo questionou como funcionam as filas internas dos hospitais, compartilhou relatos recebidos sobre dificuldade de internação hospitalar para tratamento contra drogadição, questionou como ampliar a oferta de serviços contra leucemia e como é feita a distribuição de fraldas, pois muitas mães de crianças com deficiência não estão recebendo estas fraldas, as quais seriam de péssima qualidade, segundo ela. A seguir, o senhor Mauro Luís Silva de Souza parabenizou o senhor Fernando Ritter pela coragem de assumir a função de secretário e pela exposição pedagógica com que realização a apresentação do relatório quadrimestral, nos termos previstos na legislação. Afirmou que os números não mentem, reconhecendo o avanço no cumprimento de metas, e opinou que a imprensa deveria também divulgar os dados positivos da gestão da saúde. Por fim, destacou que é importante reconhecer que Porto Alegre aplica significativamente mais do que os mínimos constitucionais previstos, diferentemente do estado e da união, os quais nunca aplicaram sequer os seus respectivos mínimos constitucionais. Em prosseguimento, o senhor Fernando Ritter respondeu alguns dos questionamentos, e afirmou estar disponível para prestar as demais informações solicitadas por escrito. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a apresentação do presente relatório de gestão e a lista de presenças desta Reunião gerada automaticamente pelo Zoom. Às doze horas e onze minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 17/10/2023, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0627929** e o código CRC **14FEB586**.

Referência: Processo nº 009.00015/2022-93

SEI nº 0627929